

São Paulo: Annablume, 2012, 308 p.

Leomara de Araújo Bürgel

■ Psicanalista. Membro da Associação Psicanalítica de Curitiba (APC), Curitiba, PR, Brasil.

final que responde às interrogações e questões propostas pela autora no início do livro sobre a legitimidade, a especificidade e a unidade da clínica psicanalítica com crianças.

O fio ininterrupto que nos conduz pelos cinco capítulos que compõe o livro inicia-se com os belos prefácios de Antônio Quinet, na edição brasileira, e de Pablo Peusner, na edição argentina. Eles anunciam o valor do conteúdo que virá a seguir. Nas palavras do primeiro: “uma questão preliminar a todo tratamento possível de crianças pelo discurso psicanalítico. Eis o subtítulo implícito que apreendo deste livro de Ana Laura Prates Pacheco, parafraseando o célebre artigo de Lacan sobre a psicose” (p. 15). E com o segundo, temos:

O livro que o leitor tem em mãos é dirigido aos psicanalistas que decidiram não recuar frente às crianças. Sua autora, Ana Laura Pacheco, habita o que Lacan chamava “a fronteira móvel da conquista psicanalítica”. E como essa fronteira é móvel, o é tanto para fazer conseguir entrar na Psicanálise o que antes ficava de fora, como para que os psicanalistas que retrocederam revisem sua posição e entrem (p. 21).

O ato analítico visa à criança ou ao sujeito? A partir da hipótese de que os problemas enfrentados na direção do tratamento psicanalítico com crianças são decorrentes da sobreposição do sujeito à criança e também da valorização da infância como fase de vida em detrimento do conceito de infantil como lugar, a autora explicita

os objetivos de seu trabalho. Primeiramente, evidenciar que a partir da obra de Jacques Lacan pôde-se propor uma clínica com crianças norteadas pelos conceitos de sujeito do inconsciente, tempo lógico e estrutura clínica. O conceito de infantil é um operador fundamental da clínica psicanalítica, o qual a distancia radicalmente da posição de tomar a criança como um objeto natural, como o fazem a ciência biológica e a psicologia do desenvolvimento. Em decorrência dos desdobramentos dos argumentos preliminares, surge um segundo objetivo, considerado como o principal do trabalho, que é sustentar a unidade da clínica psicanalítica pela via da articulação lógica do sujeito ao objeto na fantasia fundamental.

A autora do livro mostra com clareza a partir de uma citação do seminário *A identificação* a proposta ética de Lacan quanto à posição do analista diante do sujeito, independentemente da sua idade:

O que me faz precipitar-me como criança, é o evitamento da verdadeira resposta, que deve começar bem mais cedo que qualquer outro termo da frase. A resposta ao que sou eu? não é nenhuma outra coisa de articulável, da mesma forma em que lhes disse que nenhuma demanda é suportada. Ao que sou eu? não há resposta no nível do Outro que o deixa-te ser. E toda precipitação dada a esta resposta, qualquer que seja ela na ordem da dignidade, criança ou adulto, não passa de eu fujo ao sentido deste deixa-te ser. O que está em questão em toda pergunta formulada não está no nível do que sou eu?, mas no nível do Outro, e sob a forma que a experiência analítica nos permite revelar, do que queres?... A análise descobriu que aquilo com que o sujeito tem a ver é o objeto da fantasia, na medida em que este se apresenta como o único capaz de fixar um ponto privilegiado naquilo a que é preciso chamar, como princípio do prazer, uma economia regulada pelo nível do gozo (p. 276).

Também acrescenta que, sendo a definição lacaniana de criança correlata à realização do *objeto a* na *fantasia*, pode-se propor que todo sujeito neurótico tomado em análise se posiciona num lugar infantil. Sendo assim, o ato analítico sempre visa o infantil.

No primeiro capítulo somos lembrados de que a ideia contemporânea da criança como um ser em desenvolvimento diz respeito a uma construção criada ao longo das transformações sócio-históricas e econômicas a partir da Idade Média. Tal construção é chamada pela autora de “construção de uma fantasia de infância”. Apoiando-se no trabalho do historiador francês Philippe Ariès, sobre a história social da criança e da família, entre outros, a autora objetiva compreender como se chegou à concepção moderna de infância no mundo ocidental. Para responder à questão sobre se a Psicanálise teria ou não

uma nova visão sobre a criança, interroga o conceito de criança até seus dias atuais e discorre sobre os dispositivos sociais, econômicos e políticos criados em torno da infância, gerando ressonâncias nas especialidades e modalidades de cuidar da criança. Nessa viagem pela história podemos acompanhar desde a não especificidade da criança na idade medieval até uma especificidade radical no século XXI, quando Freud então acorda a criança do sono da razão e do desejo ao substituir a compreensão da sexualidade infantil, a partir de uma visão desenvolvimentista ou educativa, por outra que enfatiza a fantasia. Aponta para os encaminhamentos da noção de infância nos dias de hoje e alerta sobre as dificuldades que a clínica psicanalítica com crianças tem enfrentado ao longo da história. Estas ligadas à possibilidade de se anular o conceito de “infantil” sobrepondo a ele a ideia de infância como fase de vida. Dessa forma, corre-se o risco de essa clínica ser reduzida a uma “pedagogização do sexo”.

No capítulo seguinte, Laura Pacheco faz uma rica apresentação das “direções” seguidas pelos psicanalistas que se dispuseram a atender crianças, a partir de Freud. Nesse panorama encontramos a controvérsia entre Ana Freud e Melanie Klein sobre Pedagogia ou Psicanálise, as contribuições de Winnicott sobre o brincar, a realidade e a fantasia e também as questões sobre a criança na estrutura familiar a partir das experiências de Françoise Dolto e Maud Mannoni. A “nota sobre a criança” de Jacques Lacan e a defesa pela unidade da Psicanálise defendida por Rosine e Robert Lefort também são discutidas pela autora. Em uma citação de Manonni, do livro *A criança, sua doença e os outros*, podemos vislumbrar o nível e o cunho das questões abordadas:

Deparamos com esse problema cada vez que nos ocupamos com crianças: a análise é então confrontada à sua própria representação da infância, e o peso de suas manifestações inconscientes se refletirá na orientação dada à cura; a criança e sua família interpelam o analista no que há de mais antigo, como temores, defesas e angústia — é sem cessar levado a um plano em que se opera a confrontação de cada um ao problema do desejo, da morte e da lei (p. 93).

É inevitável recorrer às noções de política, tática e estratégia, propostas por Lacan, como planos diversos na direção do tratamento, para um posicionamento diante das situações com as quais o analista é confrontado na direção da cura. A autora, percorrendo a história das experiências dos psicanalistas que se propuseram a trabalhar e teorizar com a clínica com crianças, esclarece como se deu a divisão

da Psicanálise em psicanálise de adultos e psicanálise com crianças.

Traz como um debate atual no campo lacaniano a questão sobre o tempo da fantasia e o fim de análise. Com palavras de Laurent (1999), acrescenta: “Na criança, como no caso do adulto, se trata de que o sujeito tenha construído suficientemente a fantasia que o anima, com a versão de objeto de que disponha segundo a idade que tenha”.

Desenvolve tal tema apoiando-se em textos de autores como Soler, Sauret e Miller, entre outros. O trabalho com crianças impõe aos psicanalistas questões sobre a relação do sujeito com o corpo, com o desenvolvimento, com os pais, com tempo, etc. Segundo a autora, tais questões nos remetem à relação do sujeito com a realidade. No campo da Psicanálise, isso, por sua vez, exige uma reflexão sobre o conceito de fantasia e seus desdobramentos quanto às “relações de objeto”. O ensino de Lacan, a partir de sua concepção de sujeito do inconsciente e do diagnóstico estrutural, permitiu uma posição em defesa da unidade da clínica psicanalítica.

Conclui o capítulo, novamente com as palavras de Laurent (1999): “Lacan deixa aberta uma questão: existe algo que separa a criança da pessoa grande; certamente não é a idade, nem o desenvolvimento, tampouco a puberdade. No fundo, o que separa a criança da pessoa grande é a ética que cada um faz de seu gozo.

A grande persone é aquela que se faz responsável de seu gozo.” (p. 41).

Na parte seguinte, intitulada: “A bolsa ou a vida? A escolha forçada e o sujeito”, a autora retoma em detalhes a questão relativa à constituição do sujeito em psicanálise, ao longo do ensino de Lacan. Como se conquista a entrada no mundo dos homens? Nesse momento a linguagem ganha todo seu realce, uma vez que é fundante da dimensão humana. Como nos diz a autora, não se trata de um determinismo linguístico. A teoria lacaniana do sujeito exige uma formalização sobre o ato, incluindo aí uma nova forma de pensar a temporalidade. Para esclarecer o cunho de tal afirmação, a mesma percorre o trabalho de Lacan sobre a constituição do sujeito, pontuando e mostrando de forma clara as formalizações conceituais que foram sendo elaboradas por ele no decorrer dos seus seminários, a partir de exigências lógicas que se impunham até a construção do *objeto a*. Um resgate das funções da linguagem é realizado, incluindo as contribuições de Saussure e Lévi-Strauss, da obra de Freud, e sobretudo da leitura desta, feita por Lacan. No seu ensino, o narcisismo de Freud é retomado via *Esquema Óptico* mostrando a formação do eu (*je*) – da insuficiência à antecipação; o *Esquema L* ilustra os problemas levantados pelo eu e pelo outro e pela língua e a fala, na relação com o semelhante atravessado pelo *On-*

tro, que é o lugar do simbólico. Segue discorrendo sobre a constituição do sujeito em Lacan, a partir da interrogação de como o sujeito evanescente poderia unir seu desejo à lei que o constitui. Para isso Lacan articula a teoria sobre a constituição do sujeito com o Complexo de Édipo, em Freud. A mola de relação do sujeito com o mundo é a falta de objeto e é sobre esse fundo de ausência que o falo se apresenta como objeto privilegiado do desejo humano. A partir da tríade imaginária: mãe, criança e falo, Lacan propõe três categorias de falta de objeto: frustração, castração e privação, a partir das quais explica os passos, na verdade, tempos lógicos para a entrada no simbólico. O terceiro tempo, o da castração, consiste na ascensão do falo materno como simbólico. Sendo assim, a função paterna é uma experiência metafórica que possibilita a transposição do Édipo. Na sequência das formalizações teóricas, a metáfora do *Nome-do-Pai* explica como o pai torna-se portador da lei.

Com a construção do *Grafo do Desejo*, as duas determinações que compõem a teoria do sujeito em psicanálise são formalizadas a um só tempo. Por um lado a determinação objetiva que se refere à lei da linguagem e por outro a determinação subjetiva que remete à posição do sujeito e sua estratégia particular do desejo. A simultaneidade entre o eixo diacrônico relativo ao deslize da cadeia e o eixo sincrônico que se refere ao corte estarão sempre presentes no *Grafo*. O

cruzamento entre esses dois pontos define o ponto pelo qual o sujeito para o deslizamento da significação. Isso nos remete a uma formulação topológica que torna indissociáveis as categorias de espaço e tempo. Na sequência lógica, Lacan propõe como elementos mínimos da estrutura uma bateria de dois significantes (o traço unário é a gênese da diferença que constitui o sujeito e dá sustentação a toda cadeia de significantes) e conduz o trabalho para a extração do objeto, demonstrada a partir da topologia da fantasia. Esta é definida como a fórmula da organização subjetiva, pois é a partir da ligação paradoxal entre o sujeito e objeto, em função do corte estrutural, que se pode constituir a realidade. A função do *objeto a* na dinâmica psíquica é a de estruturar o processo progressivo-regressivo que constitui a relação do sujeito com sua realidade psíquica. Essa função de objeto exige uma inovação topológica estrutural, que mostre interior e exterior.

No penúltimo capítulo, Ana Laura Pacheco desdobra a questão da temporalidade na clínica com crianças a partir de três tópicos: o diagnóstico estrutural, a exploração da estrutura e a noção de ato em psicanálise. A “função diagnóstica” que orienta o psicanalista ao longo da direção do tratamento se impõe a partir da premissa de que se realiza com crianças a verdadeira psicanálise. O diagnóstico em psicanálise é deslocado do sintoma para a lógica da fantasia, que é o que

permite ao sujeito realizar sua trajetória na estrutura. Esta, por sua vez, é definida pelo modo como o sujeito se posiciona em relação à estrutura universal da linguagem definindo-se precocemente.

Mas qual é o estatuto da passagem do tempo no humano? A problemática do que é transitivo e do que não se transforma é crucial para se pensar o conceito de cura em psicanálise. A lógica da fantasia é o operador conceitual que permitirá articular o nível de fixação e de ficção com a variabilidade do destino.

E como fica a questão da decisão e das “escolhas” do sujeito? No terceiro tópico a autora esclarece que a constituição do sujeito proposta por Lacan exige a noção de ato. O imaginário de uma continuidade temporal entre o adulto e a criança, proposto na cultura, pode ser questionado pela Psicanálise a partir da sua concepção de sujeito. Lacan propõe uma leitura estrutural do Complexo de Édipo contra uma abordagem desenvolvimentista da escola inglesa, trazendo a ideia de retroação. Na Psicanálise o tempo caminha do futuro para o passado. Voltando a questão da decisão do sujeito, temos Soler (1997, p. 62) que nos alerta: “A alienação é o destino. Nenhum sujeito falante pode evitar a alienação. É um destino ligado à fala.... A separação requer que o sujeito ‘queira’ se separar da cadeia significante”.

No quinto e último capítulo do livro, a autora aprofunda a reflexão sobre o lugar do infantil na construção da fantasia. Afirma que as questões em torno da fantasia oferecem a arena onde ocorrem os principais embates quanto ao atendimento psicanalítico com crianças. Com a diferenciação que Lacan faz entre memória e rememoração, temos que a clínica psicanalítica é aquela que permite ao sujeito construir sua fantasia fundamental a partir da rememoração, da reestruturação e da ressubjetivação, possibilitadas pelo deslocamento significativo. Na relação do sujeito com a realidade, temos que a mesma sendo correlata da fantasia é sustentada pelo Nome-do-Pai, ordenador das relações de objeto no ser humano. Seguindo as exigências lógicas, Lacan retoma a questão da pulsão. A dialética do desejo, embora ordenada pelo falo enquanto significativo, é, ao mesmo tempo, regulada pela fantasia enquanto montagem pulsional. Nessa direção, levando em conta o aspecto da fantasia não alcançado pela linguagem, ela é formalizada como escrita. Desloca-se o debate do plano da realidade para o plano da verdade. A articulação entre o plano da verdade e o significativo será proporcionada pela lógica da fantasia. Esta, sendo a escrita da impossibilidade da relação sexual e da relação de objeto, aponta, portanto, para a falta estrutural do

significante para nomear o ser. Enquanto montagem a fantasia é construída em análise, pois a entrada em análise supõe a passagem da linguagem comum a uma linguagem artificial que, sob transferência, marca a singularidade da construção fantasmática.

No *momento de concluir*, a questão da direção do tratamento psicanalítico é retomada. Relembrando uma frase de Lacan de que a clínica psicanalítica é aquela que opera “sobre a fantasia” a autora afirma que “operar sobre a fantasia” é a política do tratamento sustentada pelo desejo do psicanalista, qualquer que seja a idade cronológica do sujeito. A sobreposição dos três planos discriminados por Lacan na direção do tratamento psicanalítico – política, tática e estratégia – servem segundo ela para compreender várias questões que surgem na clínica com crianças.

Para Lacan:

Os sentimentos do analista só têm um lugar possível nesse jogo: o do morto; e que, ao ressuscitá-lo, o jogo prossegue, sem que se saiba quem o conduz. Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática. Vamos adiante. O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser, do que em seu ser. (Lacan, 1998, pp. 593-594)

É importante considerar que é o plano político que possibilita diferenciar o analista do mestre, cuja posição pode ser inesperadamente ocupada na clínica com crianças, uma vez que esta tem a tendência de “ressuscitar” os sentimentos do analista embaraçado com sua própria fantasia de infância.

Com as reflexões realizadas foi possível, segundo a autora, analisar os impasses e as resistências na condução do tratamento de *Zeti*, apresentado na introdução do livro. Nesse aspecto, três pontos no trabalho foram destacados: a sobreposição da criança ao sujeito, a posição da analista sustentada no Pai e a bola como *objeto a* (a referência aqui é em relação a um jogo com bola realizado na sessão e que teve um papel importante no desfecho do caso naquela ocasião). Ponto a ponto, a autora articula o caso clínico em questão com os conceitos psicanalíticos, nos oferecendo uma experiência com a *escrita do caso*, uma ferramenta tão importante na transmissão da Psicanálise.

Quanto à pergunta sobre a especificidade na clínica com crianças, feita desde o início, a autora responde que é a um só tempo sim e não. Desenvolve tal afirmativa, lembrando que trabalhar com os aparentes paradoxos que a clínica com crianças apresenta requer

utilizar a lógica do “não todo”: “não existe criança para a qual não haja especificidade”. Na medida em que “a criança” é um efeito de discurso, propõe que o trabalho com crianças deva ser realizado com uma ferramenta construída por Lacan em *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1960-1970*.

Certamente o leitor, sobretudo aquele que se aventura na clínica com esse sujeito chamado criança, encontrará no livro de Laura Prates Pacheco uma leitura empolgante. Uma clínica que, diga-se de passagem, causa polêmica entre psicanalistas no tocante a sua especificidade e a sua legitimidade. E que por isso mesmo exige que certas interrogações sejam respondidas pelo analista que se dispõe a trabalhar aí.

Trabalhar com crianças nos mostra de maneira muito clara a dimensão viva do ato analítico, o qual se dirige ao sujeito convocando-o a se servir da língua de uma maneira singular que possibilita por sua vez uma resposta singular. Convoca-o a partir de uma temporalidade lógica, a construir para si um lugar no tempo e no espaço, que possibilite o laço com o Outro. Permite-nos também observar a dependência desse sujeito, em plena experiência de construção de um lugar subjetivo-discursivo, da rede significante dos pais que diz respeito justamente ao seu lugar na fantasia deles. As táticas e estratégias das mais diversas, consonantes com cada caso e com o estilo do analista,

não devem, no entanto, nos afastar da política que diz sobre os fins do tratamento. A ética concernente à Psicanálise diz respeito ao sujeito do inconsciente, independentemente do tempo em que ele se encontra: da infância, da adolescência ou aquele do adulto.

Finalizo com uma frase de Lacan, do texto “A carta roubada”, e que a autora cita nos “Agradecimentos”: “porque uma carta sempre chega ao seu destino” (p. 8).

REFERÊNCIAS

- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos*. (V.Ribeiro, trad., pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laurent, E. (1999). *Hay un fin de análisis para los niños*. Buenos Aires: Coleccion Diva.
- Soler, C. (1997). O sujeito e o Outro II. In R. Feldstein, B. Fink, & M. Jaanus (Orgs.), *Para ler o seminário 11 de Lacan* (D. D. Estrada, trad., pp. 58-67). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

laburgel@gmail.com
Rua Francisco Rocha, 420/162 –
Bloco I
80420-130 – Curitiba – PR – Brasil.

Recebido em julho/2013.

Aceito em setembro/2013.